

EDUCAÇÃO, CORPO E DIÁLOGO: EXPERIÊNCIAS NO PIBID COM TEMÁTICAS DE SAÚDE DA MULHER E VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA EJA.

Anna Clara Cani Paterlini Mendes ¹
Erika Milena de Souza ²

RESUMO

O trabalho relata a experiência desenvolvida no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) junto a turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Municipal de Ensino Fundamental EJA Professor Admardo Serafim de Oliveira (EMEF EJA ASO), em Vitória/ES, abordando as temáticas “Saúde da Mulher” e “Violência Obstétrica”. Fundamentado na educação popular e na pedagogia freiriana, o referencial teórico inclui autores como Paulo Freire (2011), Moacir Gadotti (1995), Arroyo (2011, 2014) Valeska Zanello (2018) e Bell Hooks (2019), valorizando o diálogo, a escuta sensível, os saberes populares e o feminismo negro para promover práticas pedagógicas críticas, emancipatórias e decoloniais. As atividades incluíram estudo de caso sobre o Sistema Único de Saúde e pesquisa ativa com mulheres negras da comunidade escolar sobre violência de gênero, culminando em produção de materiais e seminários temáticos. Os resultados evidenciaram que, enquanto o estudo de caso favoreceu o letramento em saúde e a reflexão sobre direitos sociais, a pesquisa sobre violência ampliou a participação estudantil e fortaleceu vínculos entre escola e território. Os relatos espontâneos de situações de violência, especialmente obstétrica e sexual, revelaram o potencial da escola como espaço de acolhimento e conscientização, promovendo a ressignificação das vivências e o fortalecimento subjetivo das alunas. Para a bolsista, a experiência contribuiu para compreender os desafios e as potencialidades da prática docente na EJA, articulando teoria e prática em um processo formativo crítico, humanizado e comprometido com a justiça social, equidade e transformação das condições de vida dos sujeitos.

Palavras-chave: Violência obstétrica; Mulheres negras; PIBID.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é uma realidade persistente e complexa na sociedade brasileira, afetando de forma ainda mais aguda mulheres em situação de vulnerabilidade social. (ÁVILA; AREOSA, 2023). No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa violência assume contornos interseccionais que articulam gênero, raça e classe social (HOOKS, 2019).

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, annaclara.cani@gmail.com;

² Professor orientador: Dra. Erika Milena de Souza, Universidade Federal do Espírito Santos - UFES, erikamilenasouza@gmail.com.

Projeto vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), com fomento da CAPES.





Muitas mulheres negras que retornam à escola trazem consigo experiências de violência física, psicológica, sexual e obstétrica, frequentemente silenciadas em suas trajetórias. Reconhecer essas múltiplas opressões é essencial para a construção de práticas pedagógicas que promovam o acolhimento, a escuta e o fortalecimento dos direitos.

Este relato apresenta as ações desenvolvidas no âmbito do subprojeto interdisciplinar do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que integra os cursos de Licenciatura em Pedagogia e Ciências Biológicas. As atividades foram realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental EJA Professor Admardo Serafim de Oliveira (EMEF EJA ASO), em Vitória/ES, com turmas da EJA do NEJA/UFES e da SEDE, abordando as temáticas *Saúde da Mulher* e *Violência contra a Mulher*, com foco específico na violência obstétrica.

A escolha dessa temática se justifica pela relevância social e educacional de promover espaços de diálogo e conscientização sobre os direitos das mulheres, especialmente no contexto da EJA, onde muitas estudantes vivenciam ou já vivenciaram situações de violência naturalizadas em seu cotidiano. Ao articular educação, corpo e diálogo, a experiência buscou contribuir para o fortalecimento da autonomia e da cidadania dessas mulheres, valorizando os saberes populares e o compartilhamento de experiências.

O objetivo geral do trabalho foi refletir sobre as práticas pedagógicas que articulam a educação popular e a pedagogia freiriana, destacando o potencial da escola como espaço de escuta sensível, diálogo e transformação social. Especificamente, buscou-se compreender os impactos das ações educativas sobre a conscientização dos direitos sociais e o enfrentamento da violência contra a mulher.

A metodologia adotada baseou-se na perspectiva da educação popular, orientada pelos princípios do diálogo, da escuta sensível e da construção coletiva do conhecimento (FREIRE, 2011). As práticas foram desenvolvidas por meio da bidocência e da abordagem interdisciplinar, integrando atividades como o estudo de caso sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e a pesquisa ativa com mulheres da comunidade escolar acerca da percepção da violência contra a mulher. Essas ações, elaboradas em parceria com as professoras supervisoras e os pibidianos, buscaram articular os saberes acadêmicos e os saberes comunitários, reconhecendo o valor das experiências de vida dos sujeitos da EJA. Nessa perspectiva, a escola se torna um território de direitos, memórias e resistências (ARROYO, 2011), no qual o ato educativo se vincula à dignidade e à história dos sujeitos populares.





Os resultados obtidos revelaram que o estudo de caso promoveu o letramento em saúde e a reflexão crítica sobre o direito à saúde da mulher, enquanto a pesquisa ativa ampliou a participação das alunas e o vínculo entre escola e território. Além disso, os relatos espontâneos de violência obstétrica e sexual evidenciaram o potencial do espaço escolar como local de acolhimento, escuta e ressignificação das vivências.

De forma conclusiva, a experiência desenvolvida consolidou uma formação docente crítica e humanizada, ao integrar teoria e prática na promoção de uma educação emancipatória e comprometida com a justiça social, a equidade e o fortalecimento dos sujeitos da EJA. A educação é uma prática social e histórica, que cumpre seu papel transformador quando promove a leitura crítica do mundo e estimula a ação consciente dos sujeitos sobre suas condições de existência. Assim, a escola torna-se espaço de práxis — isto é, de unidade entre reflexão e ação — em que educadores e educandos se reconhecem como agentes da mudança social. (GADOTTI, 1995). O relato reafirma, portanto, a importância da escola como espaço de emancipação e de enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e classe

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho seguiu uma abordagem qualitativa e descritiva, estruturada sob o formato de relato de experiência docente, vinculada ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O subprojeto interdisciplinar envolveu licenciandos dos cursos de Ciências Biológicas e Pedagogia, atuando na EMEF EJA ASO, localizada em Vitória/ES, junto a turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos turnos vespertino.

A EMEF EJA ASO foi criada em 2010 com o objetivo de ampliar e qualificar a oferta da EJA no município de Vitória, a partir de uma construção coletiva entre a Secretaria Municipal de Educação (SEME), o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos da UFES (NEJA) e outras secretarias municipais. Reconhecida como referência na modalidade, a escola atende jovens, adultos e idosos que, por diferentes motivos, não concluíram a educação básica na idade regular. Seu público é marcado pela diversidade e vulnerabilidade social, acolhendo mulheres em situação de violência, pessoas com deficiência, migrantes, trabalhadores informais e estudantes LGBTQIAPN+.





Inspirada na pedagogia freiriana e no legado do educador Admardo Serafim de Oliveira, a instituição organiza-se a partir de uma gestão democrática e de práticas pedagógicas interdisciplinares, com ênfase na bidocência — em que dois professores atuam simultaneamente — e na abordagem temática, centrada na problematização da realidade dos estudantes. Essa proposta é materializada nas Atividades Curriculares Complementares (ACCs), que promovem o diálogo entre os saberes escolares e os saberes populares, abordando temas como gênero, trabalho, religiosidade e saúde.

O processo metodológico foi orientado pelos princípios da educação popular freiriana, que compreende o ensino como prática dialógica e emancipatória (FREIRE, 2011), articulando teoria e prática em um movimento contínuo de reflexão e ação. A atuação ocorreu em regime de bidocência, envolvendo a professora de Ciências e a professora de Língua Portuguesa, possibilitando uma abordagem interdisciplinar e colaborativa do processo formativo.

As atividades pedagógicas foram desenvolvidas em dois eixos principais:

1. Estudo de caso sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) — utilizado como ferramenta para promover o letramento em saúde e a reflexão sobre direitos sociais relacionados à saúde da mulher;
2. Pesquisa ativa sobre violência contra a mulher — realizada por meio de entrevistas com 32 mulheres da comunidade escolar, a fim de compreender as percepções sobre as diferentes formas de violência vivenciadas no território.

Em relação ao estudo de caso aplicado na turma do NEJA, a partir de uma situação fictícia baseada em contextos reais, os estudantes discutiram quem tem acesso ao SUS e como o sistema organiza o atendimento à saúde da mulher, permitindo introduzir informações sobre o Programa Saúde da Mulher, suas diretrizes, e os serviços ofertados nas Unidades Básicas de Saúde. Uma aluna compartilhou sobre o tabu envolvendo saúde da mulher e relatou sua experiência de adolescência quando ela buscou o uso do anticoncepcional e o pai a xingou e disse que ela não podia usar aquilo porque indicava que ela já tinha uma vida sexual ativa e isso era coisa de “puta”.





Por outro lado, na pesquisa ativa, aplicada na turma de ACC - formada majoritariamente por mulheres os alunos entrevistaram 32 mulheres que buscavam as crianças

no CMEI situado em frente à escola, a fim de levantar dados sobre a percepção dessas mulheres acerca da violência contra mulher em suas comunidades. Em outro momento, os estudantes interpretaram dados atuais sobre a violência e confeccionaram três cartazes, colando os gráficos resultantes da pesquisa ativa e produzindo uma colagem de fotos de professoras e alunas da escola num cartaz de uma mulher negra. No final, esse trabalho culminou numa apresentação de um seminário temático apresentado pelos próprios alunos.

A coleta de dados se deu por meio de observação participante, registros de campo e materiais produzidos pelos alunos, como cartazes, colagens e apresentações orais durante os seminários temáticos. Esses instrumentos possibilitaram compreender a relação entre os saberes populares e os conteúdos escolares, além de observar o impacto das discussões sobre gênero e saúde na formação crítica das alunas.

As ações respeitaram os princípios éticos da pesquisa em educação, garantindo o anonimato e a privacidade das participantes. As falas e experiências relatadas pelas estudantes foram registradas de forma coletiva, sem identificação individual, e utilizadas apenas para fins pedagógicos e acadêmicos. No caso do uso de imagens, não foram utilizadas fotografias pessoais ou identificáveis das participantes. As produções visuais (cartazes e colagens) permaneceram como materiais de uso interno da escola e foram representadas neste relato apenas em formato descritivo, garantindo o direito de imagem e a integridade das pessoas envolvidas.

Assim, a metodologia adotada privilegiou a escuta sensível, o diálogo e a valorização das experiências das mulheres da EJA, constituindo-se como um processo formativo crítico e humanizador, em consonância com os princípios da educação popular, da pedagogia freiriana e da educação emancipatória.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As práticas desenvolvidas no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no âmbito do PIBID/UFES, revelaram o potencial da escola como espaço de produção de saberes, acolhimento e transformação social. As atividades — estruturadas a partir do estudo



de caso sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e da pesquisa ativa sobre a violência contra a mulher — possibilitaram a articulação entre saberes científicos e saberes populares, promovendo um processo de aprendizagem significativo e crítico. .

Por um lado, o estudo de caso sobre o SUS propiciou o desenvolvimento do letramento em saúde e o reconhecimento da saúde como direito social e conquista coletiva. A discussão sobre o funcionamento do sistema público, a partir da realidade das próprias estudantes, revelou tanto as potencialidades quanto as limitações do acesso aos serviços. Muitas relataram situações de desrespeito e negligência durante atendimentos, especialmente no contexto obstétrico, o que conduziu à problematização da violência obstétrica como expressão da desigualdade de gênero e classe.

Ao mesmo tempo, a pesquisa ativa sobre violência contra a mulher, realizada por meio de entrevistas com mulheres da comunidade escolar, constituiu-se em um potente exercício de escuta e reflexão. Os próprios estudantes assumiram o papel de pesquisadores, elaborando perguntas, coletando e interpretando dados gerados (Figura 01). Essa metodologia favoreceu a autonomia e o protagonismo, transformando as mulheres da EJA em sujeitas de conhecimento, e não apenas em informantes. O processo de pesquisa não apenas gerou dados, mas promoveu uma profunda conscientização coletiva.

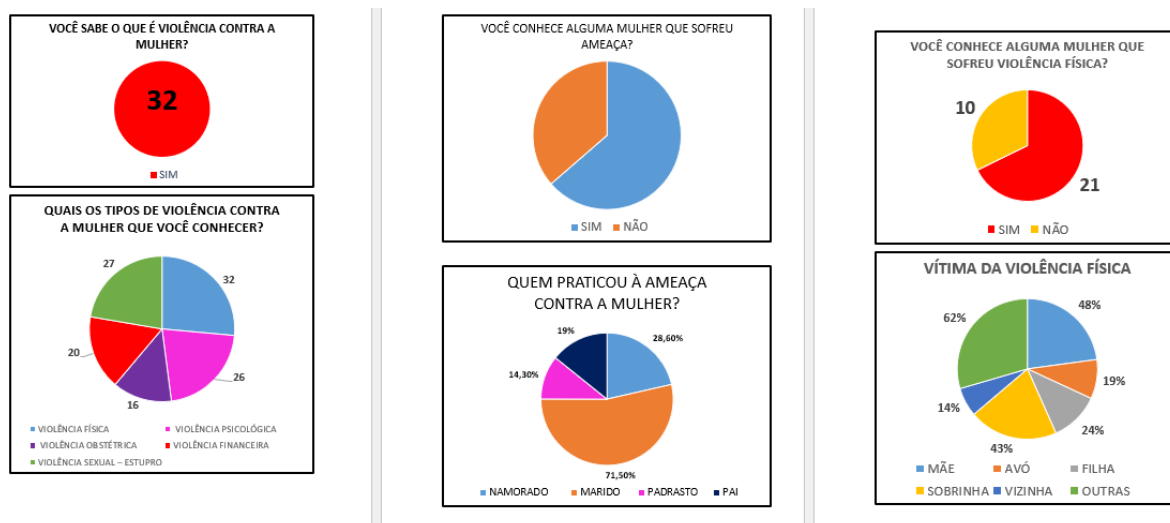


Figura 01: Gráficos da pesquisa ativa sobre Violência Contra mulher realizada pelos estudantes com mulheres do CMEI.





Nesse sentido, dentre as explicações e reflexões promovidas nas atividades sobre saúde da mulher e violência contra mulher, um momento marcante ocorreu quando algumas alunas se identificaram como vítimas de violência e decidiram compartilhar suas experiências pessoais. Os relatos, em sua maioria, estavam ligados a episódios de violência obstétrica, ocorridos no

hospital. As mulheres narraram situações de negligência, falta de acolhimento e práticas invasivas em unidades de saúde, revelando a naturalização da violência contra mulheres no contexto da atenção à saúde reprodutiva. Essas formas de violência são sustentadas por dispositivos de gênero que operam como mecanismos de regulação social e simbólica que produzem subjetividades femininas marcadas pela subordinação e pelo silenciamento nos espaços institucionais, sobretudo de mulheres negras e pobres (ZANELLO, 2018).

Os relatos coletados durante a aula evidenciaram múltiplas formas de violência: física, psicológica, sexual, simbólica e obstétrica. A discussão desses resultados em sala provocou momentos de empatia, solidariedade e partilha, em que as mulheres se reconheceram umas nas experiências das outras. Para muitas alunas, falar sobre violência pela primeira vez representou um passo em direção à autonomia e à denúncia de realidades antes silenciadas.

Dentre os relatos, uma menina revelou ter sido estuprada pelo ex-namorado, e duas alunas se identificaram com violência obstétrica durante o momento do parto, tendo seus direitos negados. Houve ainda, uma aluna, mãe, que disse que não tinha passado por algo semelhante, ao confessar ter medo de deixar a filha ir sozinha à unidade básica de saúde por medo do que ela poderia sofrer, ela refletiu sobre isso e percebeu que já tinha passado por situações parecidas sem saber nomear que eram situações de violência. Muitas dessas violências são naturalizadas ou invisibilizadas socialmente, o que impede que sejam reconhecidas como tal. O reconhecimento e a nomeação das violências vividas pelas mulheres são passos fundamentais no processo de subjetivação (ZANELLO, 2018). Criar espaços onde as mulheres possam falar e escutar umas às outras é uma forma de romper com esse silenciamento, permitindo que a dor deixe de ser individualizada e passe a ser compreendida como produto de uma cultura patriarcal. A escola, nesse sentido, pode funcionar como um espaço de escuta e elaboração coletiva, favorecendo processos de ressignificação e fortalecimento subjetivo, criando espaços de escuta e pertencimento (HOOKS, 2019)





Práticas de desumanização do corpo feminino negro remontam às origens da própria medicina ocidental moderna, com as cirurgias realizadas pelo médico James Marion Sims, conhecido como o “pai da ginecologia moderna”, em mulheres negras escravizadas — Anarcha, Betsy e Lucy — submetidas a experimentos sem anestesia. Naquela época, os ventres das mulheres negras eram vistos como instrumentos de reprodução e propriedade, o que legitima a exploração de seus corpos em nome da ciência. Essa herança colonial e patriarcal ainda

reverbera nas práticas contemporâneas de saúde, marcadas por hierarquias de gênero, raça e classe.

Os relatos das mulheres da EJA sobre experiências de desrespeito, dor e silenciamento durante o parto e o atendimento médico demonstram a persistência de iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil (LEAL, 2005). Em um estudo realizado em maternidades do Rio de Janeiro, foi constatado uma menor oferta de procedimentos anestésicos no parto vaginal para mulheres pretas e pardas, especialmente aquelas com menor escolaridade (LEAL M.C., GAMA S.G.N., CUNHA C.B., 2005). Esse uso diferencial da analgesia está associado a um “racismo internalizado”, baseado na crença de que mulheres negras seriam biologicamente mais resistentes à dor (HOFFMAN et al., 2016) ou que uma suposta melhor adequação da pelve das mulheres pretas para parir justificaria a não utilização de analgesia. Essa naturalização da dor negra, presente também nas narrativas compartilhadas em sala de aula, revela a persistência de um racismo estrutural e institucional que atravessa tanto o campo da saúde quanto as relações sociais mais amplas, culminando no adoecimento dessas mulheres, justificada por uma maior prevalência de depressão pós-parto em mulheres de cor da pele preta.

Durante os seminários temáticos, os estudantes produziram cartazes, colagens e apresentações orais que expressaram, por meio da arte e da linguagem, o entendimento das discussões realizadas. Embora o engajamento inicial tenha sido heterogêneo, o envolvimento cresceu à medida que as discussões se aproximaram da realidade das estudantes, reforçando a relevância de práticas educativas que partem da experiência concreta, compreendendo a educação como uma prática de liberdade (FREIRE, 2011). O envolvimento das professoras, dos pibidianos e das alunas reafirmou a potência da docência compartilhada como prática formativa e emancipatória.





Além dos resultados pedagógicos, a experiência provocou reflexões profundas sobre o papel social da escola. A EMEF EJA-ASO reafirmou-se como território de direitos, memórias e resistências (ARROYO, 2011) ao compreender o currículo como espaço de disputa e afirmação de identidades coletivas. Além disso, a valorização das trajetórias das estudantes e de seus saberes cotidianos reforça o que Arroyo (2014) denomina de outras pedagogias — práticas educativas produzidas pelos próprios sujeitos populares em seus contextos de vida. Portanto as histórias das estudantes — muitas delas mulheres negras, trabalhadoras, mães, estudantes da EJA — foram reconhecidas como elementos formadores do currículo, rompendo com a lógica tradicional que separa o “conhecimento escolar” das “experiências de vida”.

No âmbito da formação docente, o projeto possibilitou aos licenciandos uma vivência que extrapolou o ensino de conteúdos biológicos ou linguísticos, alcançando dimensões éticas, políticas e afetivas. Para que a prática educativa se configurasse como espaço de emancipação e construção crítica do conhecimento, foi necessário adotar uma concepção problematizadora da educação, em contraposição à lógica tradicional e hierárquica de ensino. Contrariamente a lógica de uma concepção ‘bancária’, na qual a educação se torna um ato de depósito, em que os educadores depositam conteúdos nos educandos, que pacientemente os recebem, memorizam e repetem (FREIRE, 2011) a educação problematizadora propõe o diálogo como prática libertadora e a consciência crítica como caminho para a superação da opressão e a construção coletiva de novos horizontes.

Por fim, as discussões sobre violência obstétrica e direitos das mulheres revelaram a necessidade de consolidar práticas pedagógicas que enfrentem as desigualdades de gênero de modo interseccional. Assim, a experiência aqui relatada não apenas contribuiu para a formação crítica das alunas, mas também ressignificou o papel do professor como intelectual transformador comprometido com uma educação libertadora e feminista (HOOKS, 2019). Em síntese, os resultados confirmam que a educação popular e o trabalho coletivo são caminhos férteis para construir uma escola que ensina e aprende com a vida, que acolhe e emancipa, e que transforma o conhecimento em instrumento de libertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS





A experiência vivenciada no PIBID/EJA reafirma a potência da escola como espaço de emancipação e resistência, especialmente para mulheres negras e periféricas. A articulação entre teoria e prática permitiu consolidar uma formação docente crítica, pautada na justiça social e na pedagogia do diálogo (FREIRE, 2011).

Ao possibilitar a escuta e a problematização desses relatos no contexto escolar, o presente trabalho contribuiu para o letramento em saúde e o fortalecimento da autonomia feminina, transformando a escola em um território de resistência e conscientização (ARROYO, 2011). Essa experiência reafirma também o potencial das pedagogias produzidas por sujeitos coletivos e populares na construção de uma educação emancipatória (ARROYO, 2014). Essa vivência reflete o que Paulo Freire descreve como a busca pelo “inédito viável”, entendido como um processo de formação de conhecimento crítico sobre as realidades e experiências que,

ao serem coletivamente analisadas, impulsionam a criação de estratégias de superação das situações de opressão e a construção de novas realidades possíveis (FREIRE, 2011).

Como resultado, o PIBID consolidou-se como um espaço formativo essencial, promovendo não apenas a aprendizagem docente, mas também a transformação das relações entre escola, comunidade e território.

Sugere-se, como desdobramento, o desenvolvimento de novas pesquisas e práticas pedagógicas voltadas à saúde e aos direitos das mulheres, fortalecendo a presença da EJA como instrumento de cidadania e libertação.





REFERÊNCIAS

- ÁVILA, J.; AREOSA, S. Violência de gênero e vulnerabilidade social no Brasil. São Paulo: **Cortez**, 2023.
- ARROYO, M. G. Currículo, território e disputas. Petrópolis: **Vozes**, 2011.
- ARROYO, M. G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: **Vozes**, 2014.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: **Paz e Terra**, 2011.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1987.
- GADOTTI, M. Pedagogia da práxis. São Paulo: **Cortez**, 1995.
- HOFFMAN, K. M. et al. Racial Bias in Pain Assessment and Treatment recommendations, and False Beliefs about Biological Differences between Blacks and Whites. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 113, n. 16, p. 4296–4301, 4 abr. 2016.
- HOOKS, B. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: **Rosa dos Tempos**, 2019.
- LEAL, M. DO C. et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. suppl 1, 2017.
- LEAL, M. DO C.; GAMA, S. G. N. DA; CUNHA, C. B. DA. Racial, sociodemographic, and prenatal and childbirth care inequalities in Brazil, 1999-2001. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 1, p. 100–107, jan. 2005.



QUADROS, D. P. Democratização do ensino e educação de jovens e adultos na Escola Admarco Serafim de Oliveira: possibilidades de enfrentamento da pobreza e da desigualdade social. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFES, Vitória, 2021.

ZANELLO, V. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: **Appris**, 2018.

